



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 19/12/2002
Rubrica

Processo : 13971.000765/98-28
Acórdão : 201-75.056
Recurso : 112.138

Sessão : 10 de julho de 2001
Recorrente : COMPANHIA TÊXTIL KARSTEN
Recorrida : DRJ em Florianópolis - SC

2º RECORRIDA DESTA DECISÃO
RD/201112138
C EM. 09 de maio de 2002
C
Procurador Esp. da Faz. Nacional

IPI - CRÉDITO PRESUMIDO – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL INDUSTRIAL - O art. 82, inciso I, do RIPI/82, é claro ao estabelecer que está abrangido dentro do conceito de matéria prima e de produto intermediário, os produtos que, “embora não se integrando ao novo produto, forem consumidos no processo de industrialização, salvo se compreendidos entre os bens do ativo permanente”, bem como o art. 393 do RIPI/82 considera bem de produção os produtos intermediários que, embora não integrando o produto final, sejam consumidos ou utilizados no processo industrial. O Combustível industrial é bem de produção consumido integralmente durante o processo produtivo, portanto os valores pagos na sua aquisição devem ser considerados no cálculo do crédito presumido. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por: **COMPANHIA TÊXTIL KARSTEN.**

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento ao recurso.** Vencidos os Conselheiros Jorge Freire, José Roberto Vieira e Serafim Fernandes Corrêa, que apresentou declaração de voto.

Sala das Sessões, em 10 de julho de 2001

Jorge Freire
Presidente

Antonio Mário de Abreu Pinto
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiza Helena Galante de Moraes, Rogério Gustavo Dreyer, Gilberto Cassuli e Sérgio Gomes Velloso.

Eaal/cf



Processo : 13971.000765/98-28

Acórdão : 201-75.056

Recurso : 112.138

Recorrente : COMPANHIA TÊXTIL KARSTEN

RELATÓRIO

Em 11 de setembro de 1998, foi protocolizado Pedido de Ressarcimento, constante na fl. 01 do processo em análise, no qual é requerido o ressarcimento de crédito presumido de IPI com as Contribuições ao PIS/PASEP e a COFINS, fundamentando-se, para tanto, na Lei nº 9.363/96 e na Portaria MF nº 38/97, relativamente ao primeiro trimestre de 1998.

A Delegacia da Receita Federal em Blumenau - SC, às fls. 231 a 237, oferece despacho decisório, deferindo parcialmente o pedido, no valor de R\$186.475,95, por considerar que os custos com combustível industrial não são dedutíveis, uma vez que a legislação do IPI não considera este como sendo produto intermediário (PN CST nº65/79), consoante art. 1º da Lei nº 9.363/96.

Diante do deferimento parcial do pleito, dá entrada, a parte Recorrente, com manifestação de inconformidade, presente às fls. 240 a 244, na qual alega que o Parecer Normativo utilizado como fundamento do despacho decisório não tem mais validade, uma vez que se trata de um estudo acerca do Decreto nº 83.263/79, ora revogado pelo Decreto nº 2.367/98 (atual Regulamento de IPI), faltando, portanto, suporte legal para tal decisão.

Assim sendo, afirma a Recorrente que o art. 2º do Decreto nº 2.367/98 (atual regulamento de IPI) prevê os casos em que há incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados e, quanto aos bens de produção, considera o art. 488, inciso II, que, dentre eles, estão inclusos "os produtos intermediários, inclusive os que, embora não integrando o produto final, sejam consumidos ou utilizados no processo industrial", encaixando-se neste grupo o combustível industrial.

Ao final, a Recorrente cita várias decisões, inclusive uma da Segunda Câmara deste Conselho de Contribuintes, às fls. 243, na qual considera, em caso que diz ser análogo, o combustível como insumo, por participar do processo produtivo, e pede o refazimento dos cálculos do ressarcimento do crédito presumido de IPI para ressarcimento das Contribuições ao PIS/PASEP e da COFINS, considerando os valores referentes ao consumo de combustível industrial.



Processo : 13971.000765/98-28
Acórdão : 201-75.056
Recurso : 112.138

A autoridade monocrática, através da Decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis – SC constante às fls. 247 a 252, indefere a solicitação da parte Recorrente, **por não** considerar que o combustível industrial se enquadra nos conceitos de matérias-primas, produto intermediário e material de embalagem previstos na legislação do IPI. Baseia-se, **para tanto**, no PN CST nº 65/79, que, segundo o julgador singular, apesar de ser anterior aos Regulamentos do IPI de 1979, 1982 e 1998, o entendimento continua sendo o adotado pela Secretaria da Receita Federal, porque a base legal é a do artigo 25 da Lei nº 4.502, de 1964, que **continua** em vigor.

A Recorrente, inconformada com a decisão do julgador singular, interpõe Recurso Voluntário, às fls. 255 a 259, no qual refuta os argumentos constantes da decisão recorrida. Alega ainda que a parte transcrita da resposta da Secretaria da Receita Federal, ao questionário formulado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, acerca do crédito presumido, **não** permite uma análise contextual do documento. Ademais, reitera o entendimento expresso em sua manifestação de inconformidade, e requer que seja atendido o pedido de refazimento dos cálculos de ressarcimento do PIS/COFINS, considerando os valores ao consumo de combustível industrial.

É o relatório.



Processo : 13971.000765/98-28
Acórdão : 201-75.056
Recurso : 112.138

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO MÁRIO DE ABREU PINTO

O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

O que está sendo questionado no presente processo é se o valor-pago pelo combustível industrial adquirido pela Recorrente integra, ou não, o montante a ser ressarcido.

A chave da questão está na conceituação do que seja produto intermediário, segundo a legislação do IPI.

A exclusão, pela decisão recorrida, dos valores correspondentes aos combustíveis industriais consumidos no processo de industrialização dos produtos exportados pela Recorrente como produtos intermediários, sob o argumento de que esse material não é classificado nem como produto intermediário nem como matéria-prima, além do que, ele (o combustível) não se integra ao produto final exportado.

A decisão recorrida entende que somente os insumos que mantenham contato físico com o produto final exportado é que geram direito ao crédito presumido do IPI, apesar de reconhecer que ditos bens de produção são consumidos no processo produtivo dos produtos elaborados pela recorrente e que são exportados para o exterior, ou seja, sem estes bens não haveria processo produtivo.

Considero que assiste razão à Recorrente, visto que o art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.363/96, prevê que os conceitos de matéria-prima e de produtos intermediários serão dados, subsidiariamente, pela legislação do IPI, sendo que texto do art. 82, inciso I, do RIPI/82, é claro ao estabelecer que está abrangido dentro do conceito de matéria-prima e de produto intermediário os produtos que, *“embora não se integrando ao novo produto, forem consumidos no processo de industrialização, salvo se compreendidos entre os bens do ativo permanente”*.

Não negou a decisão recorrida que os combustíveis industriais eram utilizados e consumidos pela Recorrente no processo de industrialização, não havendo, assim, qualquer motivo que justifique a sua exclusão do cálculo do crédito presumido, além do que, a teor do art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.363/96, combinado com o art. 393, inciso II, do RIPI/82, são considerados como produtos intermediários os bens utilizados na produção, inclusive os que não integram o produto final, mas sejam consumidos ou utilizados durante o processo industrial.



Processo : 13971.000765/98-28
Acórdão : 201-75.056
Recurso : 112.138

Não contestando o Fisco que os combustíveis industriais objeto da glosa não eram utilizados para ativação da linha de produção da Recorrente, fica a presunção de que sem estes não haveria o processo de produção, razão pela qual deve ser incluído o seu valor no cálculo do benefício.

Ademais, o Parecer Normativo CST nº. 65, de 31.10.1979, confirma que o art. 82, inciso I, do RIPI, deve ser interpretado não em sentido estrito, mas em sentido lato, para alcançar quaisquer bens que sejam consumidos na operação de industrialização.

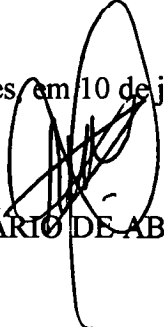
Por outro lado o legislador não dispôs que no cálculo do crédito presumido deveria somente ser considerado o valor dos produtos intermediários que mantêm contato físico com o produto final exportado, como quer entender a decisão recorrida.

Ao contrário, o termo “produtos intermediários” deve ser utilizado no seu sentido genérico, independentemente de manterem ou não contato físico com o produto final exportado.

Destarte, assiste razão, também, à Recorrente, na inclusão, também, desses valores no cálculo do crédito presumido a que faz jus.

Sendo assim, entendo assistir razão à recorrente, de modo que **voto pelo provimento do recurso** para considerar indevida a exclusão, no cálculo procedido para apuração do valor do benefício, dos valores correspondentes ao combustível consumido no processo de industrialização dos produtos. **Ressalvado o direito de o Fisco de averiguar a exatidão dos cálculos.**

Sala das Sessões, em 10 de julho de 2001


ANTONIO MÁRIO DE ABREU PINTO



Processo : 13971.000765/98-28
Acórdão : 201-75.056
Recurso : 112.138

DECLARAÇÃO DE VOTO DO CONSELHEIRO SERAFIM FERNANDES CORRÊA

Sobre a matéria, cabe, inicialmente, transcrever o art. 2º da Lei nº 9.363/96, *in verbis*:

“Art. 2º - A base de cálculo do crédito presumido será determinada mediante a aplicação, sobre o valor total das aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem referidos no artigo anterior, do percentual correspondente à relação entre a receita de exportação e a receita operacional bruta do produtor exportador.”

Como se vê pela transcrição acima, o referido artigo trata de "aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem". Combustíveis industriais e energia elétrica, no meu entender, não são matérias-primas, não são produtos intermediários, muito menos materiais de embalagem. Não estão contemplados pela lei.

E não se diga que combustível e energia elétrica são produtos intermediários.

No meu entender, como o próprio nome diz, o produto intermediário é aquele que deixou de ser matéria-prima mas ainda não é produto acabado. Por exemplo: o minério de ferro é matéria-prima, o laminado é produto intermediário e a estrutura metálica é o produto acabado. O algodão é a matéria-prima, o tecido é o produto intermediário e a confecção é o produto acabado.

Ora, no caso, o combustível e a energia elétrica são insumos necessários ao funcionamento das máquinas, mas não são produtos intermediários. Se a lei desejasse incluir todos os insumos, teria dito "o valor total das aquisições de insumos" ao invés de "o valor total das aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem".



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13971.000765/98-28
Acórdão : 201-75.056
Recurso : 112.138

Portanto, nos moldes em que está redigida a lei, não vejo como concordar com o entendimento da Recorrente. E, da mesma forma que dei provimento em relação às aquisições de pessoas físicas, cooperativas e MICT, por não existir no artigo transcrito tal exclusão, nego provimento relativamente aos combustíveis e energia elétrica, posto que não há previsão legal para a pretendida inclusão.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 10 de julho de 2001

SERAFIM FERNANDES CORRÊA